

## Gazeta Mercantil

### Empresários do setor aguardam novo leilão no início de 2006

15 de Dezembro de 2005 - O setor energético já trabalha com a certeza de que o governo terá que realizar novo leilão de energia no início de 2006 para atender a demanda e evitar o alardeado risco de racionamento. As condições de preço podem, então, ser melhores, segundo um especialista.

A reação negativa do setor privado e de especialistas ao preço máximo de R\$ 116/ MWh, estipulado pelo governo para novas hidrelétricas, deu a tônica do que será o primeiro leilão de expansão do parque gerador energético que será realizado amanhã e que tem por objetivo ofertar contratos de energia a partir de 2008, 2009 e 2010.

Empresas do porte da Energias do Brasil, que tem em caixa mais de R\$ 600 milhões para investir, disseram que a equação não fecha e ficarão fora do leilão de energia nova. A CPFL Energia já declarou oficialmente que não irá participar e, no mercado, especula-se que Tractebel e Cemig estão fora da disputa.

No mercado, representantes de associações e analistas consideram que o governo errou ao estabelecer o preço máximo das novas usinas, que não garante o retorno de 15% dos investimentos. A expectativa é que as estatais entrem forte no leilão, enquanto as privadas devem aguardar novas oportunidades.

Até ontem, apenas sete novas usinas estavam habilitadas para o leilão, das 17 inicialmente previstas pelo governo. O restante da energia a ser oferecida será de térmicas e das usinas já em operação mas sem contrato, e somam 25,5 mil MW.

Para o presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE)**, **Claudio Sales**, apenas três ou quatro das novas usinas devem atrair compradores. "Há um descontentamento muito grande porque o preço que está aí inviabiliza a construção da maioria das usinas", disse.

Para o consultor da Tendências Sérgio Conti, o preço justo seria de R\$ 140/MWh. "Até R\$ 130 já consegue entrar algum interessado no leilão. Agora, em R\$ 140, teria boa concorrência", avaliou. "É uma questão de preço, que o governo ajustará no novo leilão."

Conti previu que pelo menos "alguma coisa o governo vai conseguir contratar agora", e que um novo leilão deve ser realizado no início de 2006 para garantir o suprimento a partir de 2009. "Depois, no final de 2010 e em 2011, o governo entra com o projeto estruturante", completou, referindo-se às duas usinas do Rio Madeira, em Rondônia, com potencial de 6.450 MW.

O consultor descarta racionamento de energia até 2009, mas eventuais adiamentos nos projetos estruturantes implicam grande risco. "Se o governo não conseguir fazer o leilão no primeiro semestre de 2006, aí acende a luz laranja", disse.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Renata de Freitas e Denise Luna/Reuters)